

## **Pesca artesanal em uma comunidade no rio Araguaia: ação extensionista sobre o custo da atividade e canais de comercialização para o setor**





*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Embrapa Pesca e Aquicultura  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

## ***Documentos 36***

**Pesca artesanal em uma  
comunidade no rio Araguaia:  
ação extensionista sobre o  
custo da atividade e canais de  
comercialização para o setor**

**Embrapa Pesca e Aquicultura**  
Avenida NS 10, Loteamento Água Fria,  
Palmas, TO, Caixa Postal nº 90,  
CEP 77008-900  
Fone: (63) 3229-7800 / 3229-7850  
www.embrapa.br  
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

**Unidade responsável pelo conteúdo**  
Embrapa Pesca e Aquicultura

#### **Comitê de Publicações**

Presidente:  
*Eric Arthur Bastos Routledge*

Secretário-Executivo  
*Ernandes Barboza Belchior*

Membros  
*Andrea Elena Pizarro Muñoz, Hellen Christina de Almeida Kato, Jefferson Christofolletti, Luciana Cristine Vasques Villela, Luciana Nakaghi Ganeco, Marta Eichenberger Ummus, Rodrigo Estevam Munhoz de Almeida e Rodrigo Veras da Costa*

**Unidade responsável pela edição**  
*Embrapa Pesca e Aquicultura*

Coordenação editorial  
*Embrapa Pesca e Aquicultura*

Supervisão editorial  
*Embrapa Pesca e Aquicultura*

Normalização bibliográfica  
*Embrapa Pesca e Aquicultura*

Editoração eletrônica e  
tratamento das ilustrações  
*Jefferson Christofolletti*  
*Daniel Arrais de Carvalho*

Imagem da capa  
*Jefferson Christofolletti*

**1ª edição**  
Versão eletrônica (2017)

#### **Todos os direitos reservados**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Embrapa Informação Tecnológica

---

Pesca artesanal em uma comunidade no rio Araguaia: ação extensionista sobre o custo da atividade e canais de comercialização para o setor. / autores, Clarete de Itoz... [et al.]. Palmas, TO: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2017.

35 p. (Documentos / Embrapa Pesca e Aquicultura, ISSN 2318-1400; 36).

1. Pesca Artesanal 2. Comercialização 3. Custos 4. Associativismo. I. Itoz, Clarete de. II. Sousa, Diego Neves de. III. Kato, Hellen Christina de Almeida. IV. Milagres, Cleiton Silva Ferreira. II. Embrapa Pesca e Aquicultura. III. Série.

CDD 664.942

# **Autores**

## **Clarete de Itoz**

Mestre em Contabilidade, professora no curso de Gestão de cooperativas da Universidade Federal do Tocantins.

## **Diego Neves de Sousa**

Doutorando em Desenvolvimento Rural, analista da Embrapa Pesca e Aquicultura.

## **Hellen Christina de Almeida Kato**

Mestre em Ciência e Tecnologia dos Alimentos, pesquisadora da Embrapa Pesca e Aquicultura.

## **Cleiton Silva Ferreira Milagres**

Doutorando em Desenvolvimento Regional, professor no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins.



# Apresentação

O objetivo fundamental desta é disponibilizar de forma didática para o leitor, em especial os mediadores que atuam com os pescadores artesanais, elementos práticos que permitem trabalhar questões atinentes aos custos e despesas na atividade pesqueira, desde a despesa até a comercialização do produto final com valor agregado.

A composição do preço do pescado e a formação do preço de venda do mesmo são consideradas essenciais para a consolidação da "saúde financeira" de qualquer empreendimento comunitário. Por isso, o projeto "Transferência de Tecnologia para a inserção do pescado da agricultura familiar na alimentação escolar" utilizou como ferramenta de trabalho a realização de oficinas práticas sobre o controle de gastos para grupos de pescadores, que ainda não têm uma gestão profissionalizada nas respectivas organizações coletivas.

Considero que as temáticas "custos na atividade pesqueira" e "canais de comercialização na pesca artesanal" ainda são pouco exploradas no contexto acadêmico e das instituições de extensão rural, bem como da temática, por isso acredito que estamos contribuindo com esses setores apresentando o resultado do trabalho conduzido pela Embrapa Pesca e Aquicultura e Universidade Federal do Tocantins junto à Cooperativa de Pescadores e Artesãos de Xambioá (TO) que congrega os pescadores e as pescadoras artesanais do município de Xambioá/TO, que vivem da pesca no Rio Araguaia. Ressalto que a publicação não tem obviamente a pretensão de elucidar todas as nuances desse contexto, mas permitir aos interessados conhecerem uma realidade típica e subsidiar uma reflexão crítica que possibilite ações similares voltadas para a sustentabilidade da pesca artesanal.

*Alexandre Aires de Freitas*

Chefe Adjunto de Transferência de Tecnologia



# Sumário

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Pesca artesanal: história, definição e legislação aplicável..</b>	11
<b>Material e métodos</b> .....	13
Área de estudo.....	13
Coleta e análise de dados .....	15
A lógica industrial: uma fonte para entender um pouco de custos e despesas .....	18
Atividades realizadas junto à Cooperativa Matrinxã .....	21
Práticas de comercialização do pescado .....	24
Venda para varejistas .....	25
Venda para a cooperativa.....	26
Vendas para o consumidor final .....	28
Venda para entrepostos inspecionados.....	29
<b>Considerações finais</b> .....	29
<b>Referências</b> .....	30
<b>Anexos</b> .....	33
Anexo 1: Definições de terminologias para a área de custos. ....	33

Anexo 2: Definições sobre as diferentes tipologias de custos .....	34
Anexo 3: Exemplo prático sobre diferentes atribuições de custos .....	34

# **Pesca artesanal em uma comunidade no rio Araguaia: ação extensionista sobre o custo da atividade e canais de comercialização para o setor**

---

*Clarete de Itoz*

*Diego Neves de Sousa*

*Hellen Christína de Almeida Kato*

*Cleiton Silva Ferreira Milagres*

## **Introdução**

O objetivo deste trabalho foi demonstrar por meio de oficinas práticas as variáveis que compõem o custo da atividade de pesca artesanal, a partir da vivência dos pescadores da Cooperativa Matrinxã, localizada em Xambioá (TO) e levantar os canais de comercialização utilizados por estes pescadores. Através de demonstrações simples de atividades que permeiam o cotidiano do público em questão, estes foram estimulados a construir conceito de custos e despesas por meio da criação de ferramenta de controle de gastos que lhes serviriam como parâmetro para analisar a composição do preço do pescado e auxiliar na formação do preço de venda.

A atividade pesqueira artesanal é a principal fonte de renda para muitas famílias do município de Xambioá, pois esta é a mais importante atividade agrícola do município que dinamiza a economia local, uma vez que é banhado pelo rio Araguaia (SOUSA et al., 2016).

O rio Araguaia nasce em Goiás, nas formações elevadas existentes no Parque Nacional das Emas, em uma área de proteção ambiental, situada na divisa dos estados de Goiás e Mato Grosso, próximo à cidade de Mineiros (GO). Pertence à bacia amazônica e, ao longo de mais de 2000 km de curso, marca a divisa dos estados de Mato Grosso e Goiás,

Mato Grosso e Tocantins e, ainda, Pará e Tocantins, desaguando no Rio Tocantins, na tríplice divisa entre Tocantins, Pará e Maranhão. Em quase toda a extensão de seu curso, apresenta, no período de maio a outubro, praias de areias brancas e limpas, o que, aliado a uma fauna e flora bastante rica em espécies e abundante volume, vem despertando a atenção dos turistas. A atividade da pesca amadora reforça o poder de atração de toda a região. Além disso, é utilizado para a pesca artesanal, fomentando financeiramente, a sobrevivência de famílias de pescadores e comunidades tradicionais localizadas ao longo de seu fluxo (AGÊNCIA AMBIENTAL DO ESTADO DE GOIÁS, 2016).

Os pescadores artesanais são aqueles que praticam a atividade da pesca de forma autônoma ou em regime de economia familiar, utilizando meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações de pequeno porte, conforme é definido na Lei nº 1.959/2009, que dispõe sobre a PNDSAP - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (BRASIL, 2009).

A composição do custo da pesca artesanal é conhecida a partir de alguns dados, tais como: a) tipo de embarcação, pois este afeta diretamente na produção do custo da atividade; e b) custos como alimentação, gelo, combustível, manutenção do petrechos de pesca; taxas pagas à colônia de pescadores; mão-de-obra; depreciação do barco, manutenção entre outros. No entanto, nem sempre os pescadores e suas organizações associativas têm o conhecimento adequado do custo da atividade.

Neste sentido, através da experiência da ação extensionista sobre o custo da atividade pesqueira realizada na Cooperativa Matrinxã, espera-se que este trabalho contribua na transferência de conhecimentos e práticas contábeis junto aos técnicos extensionistas com o propósito de capacitar e instruir pescadores artesanais para melhor entendimento do processo de identificação e levantamento de custos da atividade pesqueira. Com isso, pretende-se também otimizar o planejamento da precificação do pescado e controlar a receita dos pescadores e de suas organizações coletivas de acordo com a dinâmica da despesa.

## **Pesca artesanal: história, definição e legislação aplicável**

A pesca artesanal como atividade extrativista foi uma das primeiras atividades laborativas exercidas pelo ser humano. A pesca em sociedades primitivas, possibilitou a inserção de nova proteína na alimentação humana, como também desenvolveu habilidades necessárias a transformação do homem em ser social (DIEGUES, 1998).

O estudo de Engels (2004) mostra que a atividade de caça e pesca está entre as mais antigas e registradas e, logo, tem fundamental importância a inserção de proteínas animais na alimentação humana, o que lhe trouxe maior força física e maior desenvolvimento humano. Segundo Nunes (2010), este fato permite inferir que, a pesca enquanto atividade que media a relação homem/natureza se mantém presente desde o momento ontológico da transformação do homem em ser social.

Diegues (1998) também relata acerca da importância da pesca praticada inicialmente dentro dos feudos - no período da idade média - e que, posteriormente, foram expandidas com a função de suprir o consumo crescente dos cristãos, para algumas regiões como a Escandinávia e o Mediterrâneo tendo um maior incentivo econômico. Como forma de sustento, a pesca artesanal constitui base de várias comunidades no Brasil. Para compreender a importância da pesca artesanal no contexto das comunidades tradicionais brasileiras é necessário entendermos sua definição.

Cardoso (2001) define a pesca artesanal como um tipo de pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil, que comporta ainda a produção de pescadores-agricultores. Diegues (1998) corrobora ao salientar que a pesca artesanal é realizada com tecnologias de baixo poder predatório, levada a cabo por pescadores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou de um grupo de vizinhança. A produção destina-se desde o autoconsumo à comercialização local,

principalmente em feiras e diretamente ao consumidor final. Ao atingir um maior excedente, a produção é destinada a outros mercados, como os varejistas.

A pesca artesanal é desenvolvida por pescadores que são considerados sujeitos sociais em processo de redefinição de sua atuação, frente aos usos novos que se impõe aos seus múltiplos espaços de moradia, vida e trabalho (CARDOSO, 2001). O artigo 2, item V, da Lei nº 11.959/2009, trata-se do armador de pesca que refere a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, presta, em seu nome ou sob sua responsabilidade, embarcação para ser utilizada na atividade pesqueira pondo-a ou não a operar por sua responsabilidade (BRASIL, 2009).

Para fins de amparo da pesca artesanal, cita-se a Lei nº 11.959/2009 que dispõe sobre a PNDSAP e regula as atividades pesqueiras, considerada uma das mais recentes legislações aplicáveis à atividade pesqueira artesanal. Adicionalmente tem o decreto nº 8.425 de 2015, que regulamenta o parágrafo único dos artigos 24 e 25 da supracitada lei, para dispor sobre os critérios para inscrição no RGP - Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira (BRASIL, 2015).

O RGP é o instrumento de registro prévio que habilita a pessoa física ou jurídica e a embarcação de pesca ao exercício da atividade pesqueira no Brasil. O parágrafo segundo, do artigo 1º do decreto, expõe que a atividade pesqueira no Brasil só poderá ser exercida por pessoa física, jurídica e embarcação de pesca inscrita no RGP e que detenha autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade no setor pesqueiro.

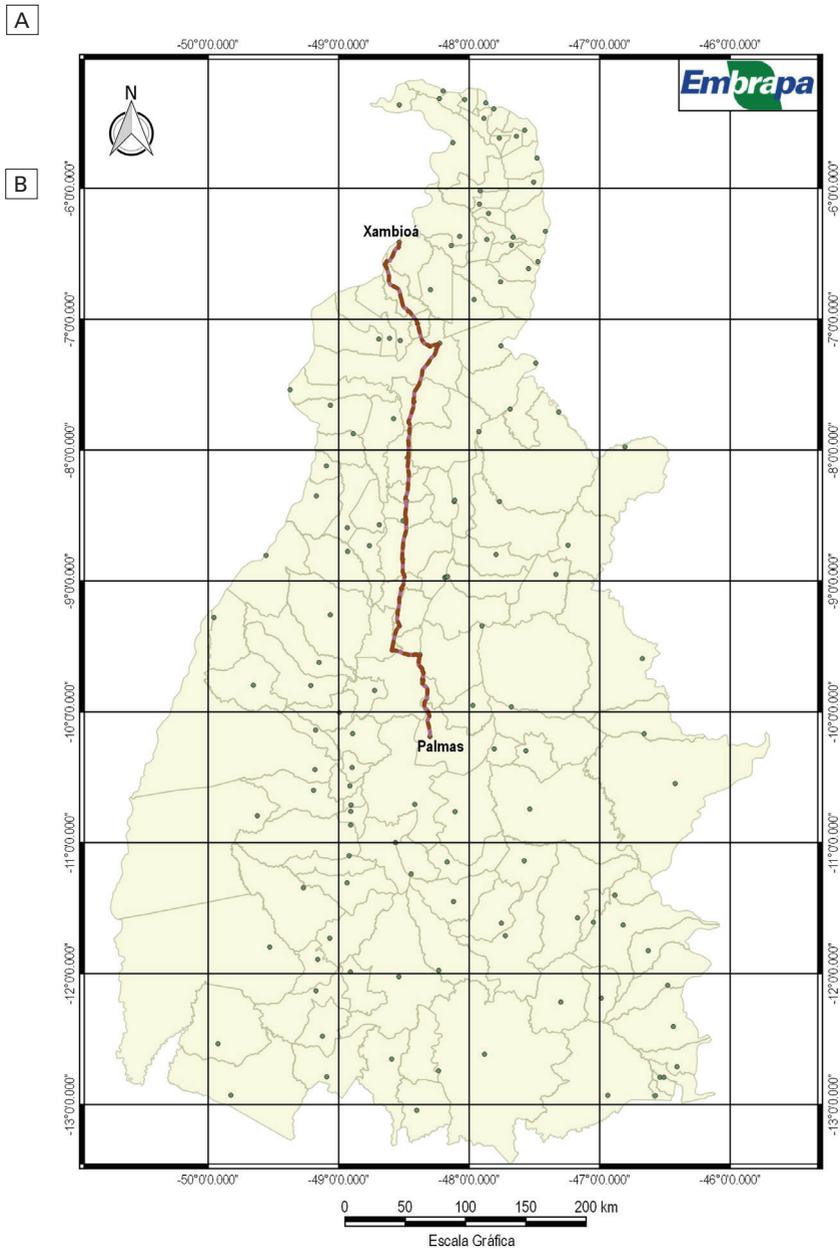
O artigo 28 da mesma lei, evidencia que as colônias de pescadores poderão organizar a comercialização dos produtos pesqueiros de seus associados, diretamente ou por intermédio de cooperativas ou outras entidades constituídas especificamente para esse fim. E o artigo 29, diz respeito a capacitação da mão-de-obra orientada para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, cabendo ao poder público e à iniciativa privada promover e incentivar a pesquisa e a capacitação do público que atua no setor.

Portanto, a importância da pesca artesanal é reconhecida direta e indiretamente devido ao impacto positivo na geração de trabalho e de renda para uma grande parcela da população de baixa renda em municípios às margens de rios, lagos e mar, além de garantir a segurança alimentar das famílias de pescadores artesanais.

## **Material e métodos**

### **Área de estudo**

Por meio da cooperação, pescadores de Xambioá, município brasileiro do estado do Tocantins, situado à margem direita do rio Araguaia, distante aproximadamente 499 km de Palmas (Figura 1), a capital do Estado, no ano de 1990 fundaram a Colônia de Pescadores Z-4 e em 1998 foi constituída a Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Xambioá, denominada de Matrinxã, com a finalidade de aumentar a escala de comercialização do pescado.



**Figura 1.** Distância entre os municípios de Palmas à Xambioá. Fonte: SEPLAN (2012) modificado por Flávia Oliveira.

O município de Xambioá/TO se destaca pelo elevado índice de consumo de pescado *per capita* em comparação aos demais municípios do Tocantins e também pelas principais atividades do município estarem ligadas a cadeia produtiva do peixe, uma vez que é banhado pelo rio Araguaia (SOUSA et al., 2016). Assim, a pesca é bastante representativa na dinamização da economia local, tendo no município organizações coletivas para obtenção de insumos, processamento, estocagem e comercialização do pescado.

Os pescadores praticam a pesca artesanal primordialmente com a finalidade comercial e se encontram organizados por meio da Cooperativa Matrinxã registrada para fins de atividades econômicas. Ao todo, foram beneficiados aproximadamente 48 (quarenta e oito) famílias de pescadores. No entanto, este quantitativo representa apenas um terço dos associados registrados na colônia. Isto implica que nem todos os pescadores do município estão em atividade ou tem, na atividade pesqueira, a oportunidade de complementar a renda familiar.

Dos que participaram das oficinas, em sua maioria, tem perfil masculino, casados, naturais de Xambioá, baixo nível escolar, não têm meio de transporte e estão na faixa etária acima dos 40 anos. Além disso, entrevistou-se, na colônia e em idas às casas no município 33 pescadores artesanais acerca de seus modos de comercialização.

## **Coleta e análise de dados**

Durante as oficinas práticas, foram feitas anotações nas planilhas disponibilizadas de acordo com a percepção dos pescadores e de maneira participativa através da construção de uma matriz coletiva. Essas anotações e informações coletadas ajudaram a conhecer as características das embarcações utilizadas na pesca artesanal no Rio Araguaia, em Xambioá, e a estimar o custo de produção do pescado que é entregue à cooperativa Matrinxã.

A estimativa de custos de produção da pesca artesanal foi construída a partir de dados coletados nas planilhas individuais preenchidas pelos pescadores da Cooperativa Matrinxã no decorrer das oficinas. Os valores foram ordenados em categorias de descrição de custos. Chegou-se a estimativa das principais variáveis de custos de produção da pesca artesanal no Rio Araguaia, para esta modalidade, que segundo os pescadores é a menos dispendiosa, uma vez que não envolve, por exemplo, custos com manutenção das canoas maiores, com motor de propulsão, largamente utilizadas na região.

O exercício de realizar o cálculo para a modalidade correta praticada pelo pescador lhe fornece a noção do custo adequado de comercialização do pescado na pesca artesanal no Rio Araguaia, especificamente para a Cooperativa de Pescadores de Matrinxã. Para saber aplicar o conceito de custo a essa realidade é necessário conhecer os dados das embarcações utilizadas, considerando que não existe um padrão utilizado pelos associados daquela cooperativa, onde cada pescador possui aquela que melhor atende suas necessidades e, ainda, está em conformidade com suas condições financeiras.

Dessa forma, a partir da vivência da contabilidade de custos aplicada ao processo industrial, relacionou-se os dados de custo da atividade pesqueira artesanal daquela comunidade, por meio de planilhas em que os próprios pescadores descreviam e identificavam seus custos.

Para o levantamento sobre a comercialização, foi utilizado o método de pesquisa do tipo survey para o levantamento dos dados. A pesquisa survey pode ser descrita como a obtenção de dados e informações sobre características, ações ou opiniões de determinados grupos de pessoas, indicados como representantes de uma população alvo (FREITAS et. al, 2000) e o principal instrumento de coleta de dados para este tipo de levantamento é o questionário.

O instrumento de coleta de dados elaborados para este estudo foi o questionário com questões fechadas, de múltiplas escolhas e questões abertas, que foi respondido pelos pescadores no município de

Xambioá. O questionário foi composto por três blocos de questões: i) caracterização socioeconômica; ii) caracterização tecnológica; e iii) caracterização da comercialização. As questões foram elaboradas de modo a facilitar a compreensão dos respondentes e validadas em pré-teste com um pequeno grupo de pescadores da colônia Z4 do mesmo município. A população definida como foco da investigação, considerando o problema e dos objetivos de pesquisa, foram pescadores pertencentes a colônia de pesca Z4 do município de Xambioá (TO). Esta população é composta por 222 pescadores de acordo com os dados de 2015 do Portal da Transparência do Governo Federal. Os produtores entrevistados estavam distribuídos em 77 comunidades rurais do município de Tauá. O cálculo amostral, baseado em uma amostra aleatória simples, foi feito levando em consideração o número de pescadores. Para isso, utilizou-se o que propõe Triola (2011), em que:

$$n = \frac{z^2 \frac{\infty}{2pq} nx}{E^2}$$

Em que: n = Número de indivíduos na amostra.

$Z^2 (\infty/2pq)$  = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.

p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar

q = Proporção populacional de indivíduos que não pertence a categoria que estamos interessados em estudar (q=1-p)

E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa. Identifica a liderança máxima entre proporção amostral e a verdadeira proporção populacional (p).

Foram entrevistados 48 pescadores do município, o que corresponde a 21,6% do universo amostral. A coleta de dados foi realizada no mês de março de 2015.

A tabulação e as análises estatísticas dos dados coletados nas entrevistas foram realizadas no Software SPSS-21®.

## **A lógica industrial: uma fonte para entender um pouco de custos e despesas**

É necessário, antes de tudo, entender o fundamento do custo e da despesa, buscando perceber essas questões a partir do processo industrial, pois é ali uma forma de aumentar a renda dos pescadores ao agregar valor aos seus produtos. A gestão de custos e despesas surgem no processo industrial (via frigorífico, entreposto etc), buscando entender nos estudos, como esses acontecem no processo produtivo, sabendo que o custo é a variável principal que define o preço de venda do produto <sup>1</sup>.

O importante, sobre esses gastos, é sabermos diferenciar o custo da despesa, pois os custos influenciam diretamente na formação do preço final de venda do produto. Custos são os gastos relativos a um bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços; já as despesas são gastos realizados para que o processo de produção aconteça, mas não estão relacionados diretamente com o produto e/ou serviço (MARTINS, 2008).

Quando a definição de custos diz que “são gastos relativos a um bem ou serviço”, então podemos dizer que, são todos os gastos desde a produção ou elaboração de produtos e serviços, considerando esse gasto desde a idealização do produto e/ou serviço até o mesmo ficar pronto e em condições de uso/consumo pelo cliente. Para não confundir conceitos é necessário definir diferentes terminologias para a área de custos, conforme detalhado no Anexo 1.

---

1 Os autores utilizados como referências para os conceitos que virão a partir deste capítulo foram Martins (2008) e Crepaldi (2009), já que estes oferecem também exemplos mais explicativos e acessíveis a todos os públicos.

Segundo Crepaldi (2009), custo é o gasto com a fabricação do produto (processo produtivo) e a despesa é o gasto não relacionado com o processo produtivo, sendo os demais gastos identificáveis na administração, relativas as vendas, que podem ou não reduzir a receita. O custo afeta diretamente o valor do produto vendido, já a despesa afeta o resultado do exercício.

Segundo Martins (2008), a classificação dos custos é feita segundo a sua apropriação aos produtos e quanto ao nível de atividades. Quanto a sua apropriação aos produtos, os custos podem ser classificados como diretos e indiretos; e quanto ao nível de atividade, os custos classificam-se em fixos e variáveis.

Custos diretos são todos os gastos identificados/apropriados diretamente ao produto/serviços, bastando para isso existir uma medida de consumo como, por exemplo, quilos, mão-de-obra de elaboração/fabricação etc. Custos indiretos são gastos necessários para a produção/fabricação do produto ou serviço, mas para serem incorporados aos produtos, necessitam de critério de alocação/ rateio ao produto, como por exemplo, aluguel da fábrica; salário de supervisores etc.

Para classificarmos os custos fixos e variáveis é necessário observarmos a relação entre o valor total de um custo e seu volume de atividade, numa unidade de tempo. Para Martins (2008) custos fixos são aqueles cujo total não varia proporcionalmente ao volume produzido, ou seja, independente do volume produzido, o valor do custo permanece o mesmo ao longo do processo produtivo, como por exemplo, o aluguel da fábrica. Já os custos variáveis são aqueles que variam de acordo com o volume de produção, quanto mais se produz, mais há custo; ou, quanto menos se produz, menos haverá custos atribuídos ao produto. No Anexo 2, encontra-se outras definições sobre as diferentes tipologias de custos. Com a finalidade de clarificar as diferentes atribuições de custos, tem-se, no Anexo 3, exemplo prático.

A partir da lógica industrial demonstrada minuciosamente acima, podemos dizer que custos e despesas na atividade pesqueira artesanal são todos os gastos dispendidos para que o pescado se adeque as condições de consumo e comercialização.

Assim, podemos considerar como custo na atividade de pesca artesanal todo o gasto utilizado antes, no momento e depois da pesca para viabilizar a atividade. Como exemplo de custos na atividade de pesca artesanal temos: o valor pago pelo combustível do barco; pela compra da rede de pesca, de anzóis, de molinetes, carretéis, linhas, varas de pesca, iscas, alimento a ser consumido pelo pescador, entre outros.

Entre custos da atividade de pesca artesanal podemos ter os custos fixos e variáveis; e custos diretos e indiretos. Os custos fixos são aqueles que permanecem inalterados, independente do grau de utilização da capacidade da embarcação. Entre os custos fixos se destacam a depreciação dos meios de produção, as taxas anuais para licença de operação das embarcações, custos de manutenção com a embarcação e equipamentos de suporte à pesca (SANTOS et al., 2005).

O mesmo autor cita que os custos variáveis ou operacionais envolvem os desembolsos efetuados somente durante o esforço de pesca e englobam a aquisição do gelo para a conservação do pescado, combustíveis, manutenções dos aparelhos de captura, a alimentação levada durante as pescarias (comumente chamada de *rancho*) e taxas pagas a colônia, entidades representativas de classe, frigoríficos pelo uso de estruturas e serviços ligados à captura, armazenamento e/ou processamento do pescado.

Custo direto é aquele gasto realizado diretamente para se obter o pescado, até o momento que o mesmo fica pronto para o consumo. Como exemplo de custo direto, temos por exemplo, combustível da embarcação, linhas, anzóis, bem como outros gastos realizados antes e depois do momento da pesca necessários para a pesca, armazenamento e escoamento da produção (consumo final).

Como custo indireto temos todos os outros custos realizados, não identificados diretamente com a atividade pesqueira. Como exemplo temos, gastos como taxas de manutenção do barco, taxa de manutenção da atividade pesqueira, etc.

Outros custos não previstos podem ocorrer durante as pescarias de acordo com particularidades da realidade de cada local ou evento de pesca, como por exemplo, um eventual reboque causado por encalhamentos. Ainda é necessário observar que como custo da pesca artesanal temos a remuneração do pescador, ou seja, quanto do valor do pescado é destinado para assalariar a mão-de-obra. É importante frisar que nem sempre o custo de remuneração do trabalhador da pesca nem sempre é inserido ou visto como um gasto que afeta o custo final do produto. O custo de remuneração da mão-de-obra do pescador, neste caso é classificado como custo direto.

Podemos dizer que despesas ligadas à atividade pesqueira são os gastos ocasionais não diretamente ligados à atividade da pesca em si, mas gastos em serviços ou produtos que viabilizam a comercialização do produto da pesca, por exemplo, gastos com entrega de peixes, gastos em taxas de armazenamento ou processamento, custos de manutenção de pontos de venda, como por exemplo, boxes em feiras municipais e os insumos para a realização desta venda, como sacos plásticos e embalagens.

### **Atividades realizadas junto à Cooperativa Matrinxã**

Aqui são apresentados modelos das planilhas de gestão de custos e despesas. As mesmas foram trabalhadas junto à Cooperativa Matrinxã, como forma de apresentar aos pescadores artesanais um instrumento de controle mínimo de seus gastos .

A formação ocorreu em duas etapas: 1º momento – apresentação da equipe e da metodologia, levantamento das necessidades e diagnóstico da realidade; 2º momento – aplicação das planilhas.

Buscou-se conhecer quais eram os gastos gerais dos pescadores a partir de sua realidade, através da aplicação da planilha de gasto geral (Quadro 1). Para isso, os pescadores foram incentivados a colocar os principais gastos que são desembolsados para viabilizar a comercialização do pescado, não importando se os mesmos estavam ou não, diretamente atrelados à atividade pesqueira.

**Quadro 1.** Planilha de Gasto Geral.

Planilha de gasto geral	
Descrição	Estimativa do gasto (R\$)/mês
Rancho (Gastos no supermercado para a casa e para a atividade pesqueira)	700,00
Produtos de higiene pessoal	80,00
Cerveja	50,00
Cigarro	20,00
Medicamentos	50,00
Total	900,00

A média de gastos de uma família de pescador, segundo informações obtidas nas planilhas preenchidas durante as oficinas, verificou-se que é aproximadamente a um salário mínimo, referente ao ano de 2017. O principal gasto apresentado foi com o "rancho" em torno de 78% em relação ao total gasto no mês, no qual explicaram que é referente a compra mensal em um determinado supermercado para o consumo em casa e para irem pescar no rio. A quantidade e os itens específicos do "rancho" não foram mencionados pelos pescadores.

Percebeu-se também uma polarização de gênero entre alguns gastos específicos na família. As mulheres compram primordialmente produtos de higiene e beleza, enquanto os homens gastam com cerveja e cigarro. As famílias relataram o uso de medicamento regular, no qual verificou-se gasto mensal em torno de R\$ 50,00, chegando algumas famílias a gastarem até R\$200,00 dependendo da enfermidade. Eventualmente, citaram gastos pessoais com roupas e calçados, principalmente para as crianças. Neste caso, o valor comprado é parcelado por meio de nota promissória ou anotação em cadernos. Por ser eventual este gasto,

eles acharam conveniente não preencher na planilha de estimativa de gastos mensais. Como complemento da renda, recebem transferência de recursos do governo como o seguro defeso, bolsa família e a aposentadoria.

É importante salientar que essa atividade realizada buscou conhecer a realidade de gastos de cada pescador, pois muitos deles não conseguiam separar dos gastos gerais, o que era da atividade pesqueira e o que era gasto particular. Preenchida a primeira tabela, explicou-se o que seria custo e despesa diante da realidade deles, e solicitou-se que pudessem, juntamente com os monitores, separar custos e despesas, conforme o quadro 2. O objetivo era que os pescadores, a partir do gasto geral, pudessem entender o que eram custos e o que eram despesas de maneira palpável.

**Quadro 2.** Planilha de Custos e Despesas.

<b>Planilha de custos e despesas</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>Custos</b>	
Combustível para pescar (mensal)	150,00
Anzóis e linhas (mensal)	30,00
Conserto de Tarrafas (não foi apontado a periodicidade)	80,00
Iscas em diversos tamanhos e pesos (mensal)	80,00
Gelo	100,00
Manutenção do barco (semestral)	300,00
Peças de reposição do barco (não foi apontado a periodicidade)	120,00
<b>Total dos custos</b>	<b>860,00</b>
<b>Despesas</b>	
Rancho para a atividade pesqueira (mensal)	350,00
Taxa administrativa paga à cooperativa (mensal)	15,00
<b>Total das despesas</b>	<b>365,00</b>
<b>Total geral (Custos + despesas)</b>	<b>1.225,00</b>

Os componentes dos custos e despesas do pescado para os pescadores de Xambioá são semelhantes aos conhecidos da pesca artesanal no Nordeste Paraense, conforme constata-se no estudo de Santos et al. (2005), levando em consideração a proximidade e a realidade

dessas duas regiões. Gasta-se com alimentação, gelo, combustível, manutenção dos petrechos de pesca e taxas a serem pagas diretamente para a cooperativa. O valor descrito na planilha foi estimado pelos pescadores e definidos em conjunto no preenchimento de uma matriz, sendo que nem todos são mensais, como especificado.

O valor do custo de mão-de-obra não foi identificado porque na maioria das despescas utilizam mão-de-obra da própria família e em alguns casos a forma de pescar é em grupos, neste caso, dividem entre os partícipes a receita da pesca coletiva. Raramente contratam alguém na atividade pesqueira. Quanto ao valor da depreciação do barco não conseguiram estimar, no entanto sabem que é necessário calcular o seu custo. Uma informação pertinente é que na pesca artesanal a composição dos custos se diferencia entre as embarcações de acordo com o seu tamanho, ambiente de captura, o método de pesca, a diversidade e sazonalidade das espécies exploradas entre outros fatores (PARENTE, 1995; BATISTA, 2001).

Desse modo, a partir do preenchimento da tabela de gastos gerais foi possível estabelecer a separação do custo e das despesas. Para melhor entendimento do que poderia ser custo e despesas, foram utilizados exemplos práticos incentivando os pescadores a pensarem a sua classificação, como por exemplo: compra de combustível para pescar é custo; enquanto gasto com supermercado (*rancho*) mensal é considerado como despesa, pois é um valor gasto com bens relativos ao consumo pessoal para a realização da atividade pesqueira.

### **Práticas de comercialização do pescado**

Na análise da comercialização trata-se da caracterização das transações e das estratégias de comercialização praticadas pelos pescadores artesanais entrevistados. São apresentadas as características gerais da comercialização, as principais fontes de informação utilizadas pelos pescadores, opções de compradores para seus produtos, os motivos para decidir vender ou deixar de vender para algum comprador e as características de qualidade exigidas pelos compradores.

Entre os há um comportamento semelhante estatisticamente de como os mesmos conhecem o preço do quilo do peixe comercializado. A cooperativa Matrinxam é a principal referência e fonte de informação para os pescadores (55,3%). Outras fontes de informação importantes são a feira (12,8%) e parceiros de pesca (6,4%). Essa comunicação é constante, já que, 70,2% dos pescadores declararam-se a par dos preços atuais praticados nos pontos de comercialização. O valor médio do quilo do peixe comercializado em Xambioá é de R\$ 7,14.

Quanto ao relacionamento com clientes e manutenção da rede de vendas, 78,7% dos pescadores afirmara não manter um controle ou cadastro de seus compradores, sendo que entre o grupo que realiza esse tipo de anotação, 12,8% afirmara realizar este cadastro em agendas ou cadernetas. A grande maioria 91,5% não promove nenhum tipo de divulgação de seus produtos (folder, cartão de visita, carro som...)

Mesmo que, 46,7% tenham declarado ter conhecimento de potenciais novos compradores para seus produtos, há uma relação de fidelidade e manutenção das relações de venda já que 65,1% dos pescadores declararam que não deixariam de vender para seu comprador atual caso um novo comprador lhe oferecesse melhor pagamento, por considerarem que seus clientes atuais são garantia de venda certa a longo prazo.

### **Venda para varejistas**

Analisando as relações de venda entre os pescadores e varejistas (mercados e restaurantes), 31,9% dos pescadores afirmaram vender ou já terem vendido para este público. Dentre os que utilizam este canal de comercialização (n= 17), 59,9% declararam que a principal vantagem é o valor recebido, comparativamente maior aos outros compradores, além da relação de confiança com o comprador, já que 65,5% dos pescadores que vendem para varejistas relataram realizar essa transação há pelo menos 10 anos.

O único critério citado para o estabelecimento do preço de venda aos varejistas é a espécie. A principal forma de pagamento utilizada é o pagamento à vista (92,0%) com o preço sendo negociado no momento da venda (53,7%). A negociação ocorre predominantemente no próprio restaurante/mercado (61,%%) com distribuição ao longo de todo período de pesca (46,2%) ou mais concentradas na época de férias (38,5%), quando há uma grande visitação na cidade pelas praias que são formadas no Rio Araguaia. A frequência de negociação mais relatada foi “todas as semanas” (53,7%), seguida por 38,5% que vendem quinzenalmente.

A grande maioria (84,4%) relatou ter plena confiança em seu comprador varejista, sendo que dentre os pescadores que comercializam com varejistas apenas um (10,1%) relatou que sempre ocorrem atrasos em pagamentos, dois relataram atrasos ocasionais e os demais relataram sempre receber na data combinada. Quanto às vantagens oferecidas por seus compradores varejistas houve apenas dois relatos: um pescador que consegue empréstimos em dinheiro com o varejista e um que tem o transporte da mercadoria até o mercado pago pelo varejista.

Os próprios pescadores são responsáveis pela entrega do produto nos restaurantes/mercados (76,7%). As relações comerciais entre pescadores e varejistas não são estabelecidas através de contrato formal, no entanto, 59,9% relataram haver algum acordo verbal para garantia de preço (37,3%) e quantidade de produtos (24,8%) em cada entrega.

Dentre os pescadores que não comercializam com os varejistas, as principais razões apontadas foram: “vendo exclusivamente para a cooperativa” (28,5%); “exigência de prazo para pagamento” (25,0%) e “não compram peixes menores” (14,3%).

### **Venda para a cooperativa**

Com relação às transações de venda entre pescadores e a cooperativa, 70,2% dos pescadores entrevistados relataram vender ou já ter vendido

neste canal. Os principais motivos de escolha da cooperativa como compradora estão listados no Quadro 3 (n= 32).

**Quadro 3.** Motivos pelos quais realiza ou realizou vendas para cooperativa.

Motivos citados	(%)
Realizam pagamento a vista	25,0
Facilidade de negociação	25,0
Não tem exigências de qualidade e quantidade mínima	15,6
Garantia de recebimento do pagamento	9,4
Tem relação de confiança com o comprador	9,4
Outros motivos citados	15,6

Quanto ao tempo de relação, 57,4% dos pescadores relataram comercializar há mais de 15 anos com a cooperativa, este período relatado é anterior à própria criação da cooperativa. Isso se deve, pela pré-existência da colônia de pescadores, cujas lideranças permanecem líderes na cooperativa e esta colônia já realizava esse tipo de compra, fazendo com que os pescadores relatem essa experiência comercial duradoura.

O principal critério relatado para o estabelecimento do preço é a espécie do peixe (83,9%) e o pagamento é realizado a vista (96,9%). O preço de compra é tabelado e fixado previamente (46,9%) ou, em alguns relatos, fixado no momento da entrega (25,0%) ou de negociação (25,0%). Essa negociação é realizada principalmente na própria cooperativa (90,6%).

A comunicação entre a cooperativa e os pescadores é realizada pessoalmente, na visita à sede da cooperativa (96,9%), que também é o local onde a maioria dos pescadores entrega sua produção (87,5%).

Os períodos mais relatados como de maior concentração de vendas são: “durante todo o período da pesca” (51,6%) e “durante as férias” (junho e julho, 38,7%). As frequências de venda mais relatadas são semanalmente (62,5%) e quizenalmente (18,8%).

Quanto às relações entre pescadores e cooperativa, 84,4% disseram ter total confiança na cooperativa, 6,3% tem pouca confiança e 9,4%

descofiam. Dentre os pescadores entrevistados que comercializam com a cooperativa apenas um relatou que já houve atraso no pagamento de seu produto. Há relatos de assinatura de contrato formal de venda feitos por 6,3% dos pescadores que comercializam com a cooperativa e acordo verbal foi relatado por 28,1% destes entrevistados, o principal tópico destes acordos é a fixação do preço de compra (88,9%).

Como vantagem oferecida pela cooperativa, 12,8% dos entrevistados diz ter obtido empréstimos em dinheiro com o comprador e 6,4% recebem adiantamentos para combustível e/ou gelo.

Dentre os pescadores que não comercializam com a cooperativa, a principal razão apontada foi o baixo preço, relatada por 28,6% dos pescadores que não utilizam este canal de comercialização.

### **Vendas para o consumidor final**

Dentre os pescadores entrevistados, 74,5% relataram vender ou já ter vendido peixes para o consumidor final (n= 35). As principais razões apontadas para a utilização deste canal de comercialização são: “preço recebido é mais alto” por 54,1% dos pescadores neste grupo; “é um comprador regular” por 21,6% e “posso relação de confiança com o comprador” por 10,8%.

Os períodos que concentram o maior volume de vendas são “toda a temporada de pesca” (50,0%) e “durante as férias” (33,3%). As frequências de venda mais relatadas foram “todas as semanas” (65,7%) e “quinzenalmente” (28,6%).

Relacionado ao comportamento de compra do consumidor final, 71,4% dos pescadores afirmaram que o consumidor está disposto a remunerar melhor o peixe fresco em relação aos refrigerados encontrados em mercados ou na cooperativa. Os fatores que os pescadores julgam que os consumidores levam em consideração ao decidirem suas compras são a espécie do peixe (47,2%); o frescor do produto apresentado (44,4%) e a garantia de procedência do pescado (8,3%).

A forma de venda adotada por 97,2% dos pescadores para o consumidor final é a vista, sendo o preço negociado no momento da venda (44,4%) ou o preço tabelado fixado previamente pelo pescador (33,3%). As transações são realizadas principalmente nas residências do pescador ou do comprador (55,6%) e na feira local (13,9%).

Quanto às relações entre pescador e consumidores finais, 71,4% dos pescadores que negociam com este grupo relataram ter total confiança em seus compradores, 17,1% pouca confiança e 11,4% desconfiam.

Dentre os pescadores que não comercializam com consumidores finais, a principal razão apontada foi a preferência em vender para a cooperativa citada por 33,3% dos pescadores que não utilizam este canal de comercialização.

### **Venda para entrepostos inspecionados**

Não foi relatada na colônia de pescadores de Xambioá, a venda para entrepostos inspecionados.

## **Considerações finais**

O limitante da ação extensionista foi a falta de conhecimento, por parte dos pescadores, do custo da atividade. Os dados conhecidos no decurso das oficinas, foram propícios para se conhecer a estimativa das variáveis que compõem os custos na atividade pesqueira local. Outro elemento limitador para o melhor entendimento das planilhas, foi o baixo nível de escolaridade do público participante. O fato de ter sido necessário o auxílio dos monitores para o êxito do preenchimento das planilhas, dificultou na realização da atividade, mas não foi excludente para realizarem o exercício de entenderem a dinâmica de custos na pesca.

Considera-se que, mesmo com os limitantes supracitados, é possível trabalhar conhecimentos acadêmicos teórico-práticos a partir de realidades distantes ou pouco estudadas pela literatura de custos,

como é o caso da atividade pesqueira artesanal, com o apoio de metodologias alternativas e pedagógicas. Esta ação extensionista foi o início de inúmeras outras capacitações junto aos pescadores de Xambioá, uma vez que está em construção um entreposto de pescado através da cooperativa em que eles serão os próprios gestores, pois são considerados donos-usuários do empreendimento coletivo.

Quanto à comercialização, observa-se a figura da colônia, ora confundida com a cooperativa de pescadores na determinação não apenas do preço como também das rotas de comercialização do pescado, funcionando como um agente central que regula o mercado do peixe no município.

Esta experiência também é importante para que técnicos extensionistas possam contribuir em intervenções sociais que retratem a composição do preço do pescado e auxiliem os pescadores na formação do preço de venda para atender diferentes canais de comercialização, além de ressaltar a importância de políticas voltadas à educação para gestão da atividade dentre estas comunidades tradicionalmente ligadas à ela.

## Referências

AGENCIA AMBIENTAL DO ESTADO DE GOIÁS. **Dados sobre o Rio Araguaia**. Disponível em < <http://www.secima.go.gov.br/>>. Acesso em 22 de setembro de 2016.

BATISTA, V. S. **Subsídios à avaliação da viabilidade econômica na pesca artesanal do Amazonas**. Manaus: FUA/UNISOL, 2001. 52p

BRASIL. Decreto nº 8.425 de 31 de março de 2015. **Dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira** e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira, 2015.

BRASIL. Lei nº. 11.959, de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23

de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências, 2009.

CARDOSO, E. S. Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social. 143 f. Tese (**Doutorado**), Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, São Paulo, 2001.

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2009.

DIEGUES, A. C. S. Environmental impact assessment: The point of view of artisanal fishermen communities in Brazil. **Ocean & Coastal Management**, v. 39, p. 119-133, 1998.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa Survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados sobre o Município de Xambioá – Tocantins**. Disponível em <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)>. Acesso em 22 de setembro de 2016.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2008.

NUNES, S. I. F. A pesca artesanal no povoado mosqueiro: o trabalho como mediação da relação homem/natureza. **Anais... XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre- RS, 2010.

PARENTE, V. M. A economia da pesca em Manaus: organização da produção e da comercialização. 178f. Dissertação (**Mestrado**). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SANTOS, M. A. S; FILHO, M. C. S. G; NEVES, P. R. S; AGUIAR, C. G. G. Análise socioeconômica da pesca artesanal no Nordeste Paraense.

XLIII Congresso da Sober: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. **Anais...** Ribeirão Preto-SP, 2005.

SEPLAN. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA. **Base de Dados Geográficos do Tocantins**. Palmas: SEPLAN/DZE, 2012. CD-ROM.

SOUSA, D. N; ALMEIDA, H. C. G; MILAGRES, C. S. F; NIEDERLE, P. A. Transferência de tecnologia e estratégias de comercialização do pescado da agricultura familiar para a alimentação escolar: a experiência da Embrapa no estado do Tocantins. **Anais...** Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2016, Maceió.

TRIOLA, M.F. **Introdução à estatística**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

## **Anexos**

### **Anexo 1: Definições de terminologias para a área de custos.**

**Gasto:** é o sacrifício financeiro que o empreendimento arca para obter um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos. Exemplos: Compra de matéria-prima ou pagamento de salários e de comissão de vendas.

**Desembolso:** é o pagamento resultante da aquisição de um bem ou serviço. O desembolso pode ocorrer antes, durante ou após a entrada da utilidade comprada. Exemplos: Pagamento de uma duplicata ou de despesas de água e energia.

**Investimentos:** são todos os gastos ativados em função da utilidade futura de bens ou serviços obtidos. Exemplos: Matéria-prima ou em maquinários para utilizar no processo de produção.

**Custos:** são todos os gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços. Exemplos: Matéria-prima, mão de obra direta utilizada na produção.

**Despesas:** são gastos com bens e serviços não utilizados nas atividades produtivas e consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas, que provocam redução do patrimônio. Exemplos: Pagamento de comissões sobre vendas ou em honorários de serviços prestados.

**Perda:** são bens ou serviços consumidos de forma anormais e involuntários. Exemplos: gasto com mão de obra durante um período de greve ou em perdas de matérias-primas deterioradas.

Fonte: Martins (2008).

## **Anexo 2: Definições sobre as diferentes tipologias de custos**

**Custo direto: matéria-prima.** A matéria-prima é considerada um custo direto por estar diretamente envolvida na produção de um produto, ou seja, ela é indispensável para que este seja produzido. É um custo direto porque se faz necessário a produção do bem.

**Custo indireto: aluguel da fábrica.** É considerado um custo indireto por não ter relação direta com a elaboração/produção de um produto. É um custo indireto porque não tem relação direta com a elaboração/produção.

**Custo fixo: aluguel da fábrica.** É um custo fixo porque é cobrado independente da produção, ou seja, não importa o quanto se produz, acima ou não da meta, o aluguel deverá ser pago conforme estipulado em contrato.

**Custo variável: matéria-prima.** É um custo variável, pois a variação do que é gasto depende da quantidade de matéria-prima a ser utilizada na produção.

Fonte: Crepaldi (2009)

## **Anexo 3: Exemplo prático sobre diferentes atribuições de custos**

Supomos que uma determinada empresa tem um custo de aluguel mensal no valor de R\$ 1.000,00. Assim, se a produção mensal do produto for de 100 unidades, então teremos um custo fixo-indireto unitário de R\$ 10,00. Vejamos que, para essa análise não importa quanto a empresa irá produzir, o valor mensal do aluguel será o mesmo, pois é um valor “duro”, ou seja, não se altera com o volume de produção. Agora, suponhamos que a empresa produza 200 unidades no mês, então o custo unitário por unidade cairá para o valor de R\$ 8,33. Observe que o custo fixo se mantém, pois é o valor mensal do aluguel, mas o valor por unidade poderá variar, dependendo do volume de produção.

Na análise do custo fixo em relação ao volume de produção, podemos dizer que é custo fixo no total do gasto, mas é variável nas unidades produzidas e no custo unitário do mesmo. Quanto mais se produz, menos custo à unidade produzida será atribuído.

Custos variáveis são aqueles que variam de acordo com o volume de produção, quanto mais se produz, mais há custo; quanto menos se produz, menos haverá custos atribuídos aos produtos. Nos custos variáveis o valor total do custo é atribuído ao produto por meio de uma medida de unidade, por exemplo, quilos, unidades etc. Caso não seja possível se conhecer o custo pela medida de unidade, o custo total da matéria-prima será atribuído ao produto dividindo-se pelas unidades produzidas.

Exemplo de custo direto-variável da matéria-prima por unidade: R\$ 2.000,00 para fabricar 1.000 unidades, então o custo unitário variável do produto é de R\$ 2,00; se o custo da matéria-prima é de R\$ 3.000,00 para fabricar 1.000 unidades, então o custo unitário variável é de R\$ 3,00 por unidade.

Na análise do custo variável em relação ao volume de produção, podemos dizer que é custo variável nas unidades produzidas, mas é fixo pelo total gasto na compra feita para aquela produção e para aquele momento. Quanto mais se compra e dependendo do momento da compra o custo unitário oscila na variação.

Fonte: Martins (2008).





**Embrapa**

---

***Pesca e Aquicultura***

MINISTÉRIO DA  
**AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO**



CGPE 14053